

Retrato da Família Hering, estabelecida na Colônia Blumenau, fundada no ano 1850 em Santa Catarina. A Lei de Terras teve reflexo imediato nos empreendimentos imigratórios e algumas das mais importantes colônias foram fundadas a partir desta data.



instituindo, no seu artigo 23, a hospedaria dos imigrantes e o escritório de locação de serviços. Com a Proclamação da República, a Inspetoria foi reorganizada pelo Decreto nº 603, de 26 de julho de 1890.

Como síntese dos resultados obtidos pelos aperfeiçoamentos legais, constata-se que, após a estruturação e o aprimoramento da “Lei de Terras”, o surto colonizador foi muito melhor estruturado. A improvisação reinante no período anterior foi em parte eliminada, provocando a chegada e a permanência no Brasil de milhares de imigrantes de diversas nacionalidades.

VII - O Governo concederá gratuitamente aos imigrantes hospitalidade e alimentação durante os primeiros 8 dias de sua chegada, e transportes até as colônias de Estado às quais se destinarem.

VIII - O igualmente garantirá aos imigrantes que quiserem se estabelecer nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terra, com as condições e os preços estabelecidos pelo Decreto nº 3.784 de 19/01/1867; obriga-se, além disso, a não elevar o preço das terras de suas colônias sem avisar o empresário com 12 meses de antecedência.

IX - Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecer como agricultores nas colônias ou nas terras do Estado, que escolherão para sua residência, em colônias ou terras das províncias, ou de particulares; assim como de encontrar emprego nas cidades, vilas e aldeias.

X - Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso nem contrato algum, e por isso nenhuma reclamação poderá ser feita ao Governo, tendo somente o direito aos favores estabelecidos nas presentes cláusulas, e disso estarão completamente conscientes.

XI - O Governo designará com precisa antecedência as províncias onde já existem ou virão a se formar colônias, a fim de que os emigrantes já conheçam da Europa os pontos onde poderão se estabelecer.

XII - O Governo nomeará, nos pontos nos quais se efetuará o desembarque dos imigrantes, agen-

tes-intérpretes que ao mesmo tempo fornecerão todas as informações de que necessitarem.

XIII - Todas as expedições de imigrantes serão acompanhadas de listas, as quais conterão o nome, a idade, nacionalidade, profissão, estado civil e religião de cada indivíduo.

XIV - No transporte dos imigrantes o empresário é obrigado a fazer respeitar as disposições do Decreto nº 2.168 e 1º de maio de 1858.

XV - O Governo pagará ao empresário a diferença de preço da passagem entre o Rio de Janeiro e as províncias para as quais serão enviados imigrantes diretamente da Europa, quando tais províncias não estejam em comunicação direta e regular por meio de vapores com a Europa, e o empresário deva fazer atracar nos respectivos portos vapores de outras linhas por ele fretados.

XVI - As questões que surgirem entre o Governo e o empresário, a respeito de seus direitos e obrigações, serão resolvidas por árbitros. Se as partes contratantes não concordarem pelo mesmo árbitro, nomearão cada uma o seu e estes designarão um terceiro, que decidirá definitivamente no caso de paridade. Se não houver acordo sobre tal árbitro, será escolhido por sorteio um Conselheiro de Estado que terá voto decisivo.

O Contrato Caetano Pinto

Instituído pelo Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, o contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior (conhecido como contrato “Caetano Pinto”) tinha como objetivo a introdução de 100.000 imigrantes europeus no Brasil em um período de dez anos, excetuando-se o Rio Grande do Sul.

As experiências com imigrantes alemães, indiscutivelmente exitosas, em especial nos estados do sul, não deixou de suscitar críticas. Falava-se em enclave cultural, perigosamente instalado nas proximidades da fronteira com a Argentina, e principalmente na contradição representada pela religião dos imigrantes, em sua maioria protestantes, em um país que mantinha o catolicismo como religião oficial. Por outro lado, mudanças internas na Alemanha, ampliando em muito as alternativas de trabalho no setor industrial – que na época conhecia notável crescimento –, a unificação política sob a égide da Prússia, o aumento do nacionalismo e a guerra franco-prussiana haviam diminuído drasticamente o número de alemães interessados em emigrar.

Como resultado destes fatores, o governo central buscou atrair imigrantes italianos, tradicionalmente católicos e, naquele momento, inclinados,



O “ideal de branqueamento” retratado através da pintura de Modesto Brocos “Redenção de Can”, de 1895. A avó negra, a mãe mulata e o filho branco simbolizam, no decorrer de três gerações, um dos objetivos, nem sempre ocultos, dos projetos de imigração.

IMAGEM: Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

aos milhões, a trocar a península itálica pelos devaneios da América.

O decreto que permitiu o contrato que passou a ser conhecido como “Caetano Pinto” introduziu novas condições para estimular a imigração e oferecia maiores garantias aos colonos que desejassem emigrar.

A leitura de seus artigos I, IV, VII e X evidencia o propósito do decreto.

Entretanto, a tarefa de trazer os imigrantes para o Brasil não foi nada fácil e vários fatores contribuíram para dificultar o trabalho de Caetano Pinto. O analista encarregado de estudar o contrato já previa, em relatório, dois dos principais problemas a serem enfrentados no decorrer da sua aplicação. O primeiro era o desconhecimento completo, por parte dos imigrantes, da realidade brasileira em que seriam inseridos. O segundo se referia à falta de previsão governamental para alojar aqueles que iam chegando da Europa.

Foram várias as cartas enviadas por Caetano Pinto ao Ministério da Agricultura Brasileiro, onde faz recomendações, descreve dificuldades e reclama de algumas interpretações do governo brasileiro no que se refere à imigração. Além disso, “deixa entrever que já havia, na Europa, proibição de imigrações para o Brasil tomada pelo Governo francês e, especificamente, para o Rio Grande do Sul, pelo Governo italiano”⁸. A burocracia governamental emperrava o processo migratório e o Governo Imperial mantinha em atraso os pagamentos a Caetano Pinto.

D e c r e t o n º 5 2 8 , d e 2 8 d e j u n h o
d e 1 8 9 0 - L e i G l i c é r i o

O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, conhecido como “Lei Glicério” devido ao nome do ministro que a propôs, é resultado do interesse da República na continuidade dos surtos migratórios e pode ser dividido em duas partes: uma que diz respeito ao transporte e à fixação dos imigrantes no território da República e outra que regula a colonização das propriedades agrícolas privadas.

O decreto significa uma base para a passagem da colonização oficial para a particular. Além disso, proibia a entrada de africanos e asiáticos no país, como uma forma de regulamentar definitivamente o processo de “embranquecimento” racial. Aos que já estavam no país, Paulo Prado assim definiu seu destino: “Já com um oitavo de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo”.

NOTAS

¹ “Alemães Imigrantes: as causas” *in* JOCHEM, Toni Vidal (organizador); São Pedro da Alcântara (1829-1929) – aspectos de sua história

² HOLANDA, Sérgio Buarque de... **História Geral da Civilização Brasileira**

³ FERREIRA, Crsitina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (org.); BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil**. Blumenau: Cultura em Movimento – Instituto Blumenau 150 anos, 1999. 280 p.

⁴ FERREIRA, Crsitina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (org.). *Op.cit.*

⁵ PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Editora Lunardelli: Florianópolis, 1994.

⁶ KLUG, João **AS Razões da Imigração** *in* São Pedro de Alcântara: Aspectos de sua História.

⁷ PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994. 376 p.

⁸ DALL’ALBA, João Leonir; **Imigração Italiana em Santa Catarina**: documentário. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1983. 182 p.

NOTAS
Área da Província 1.100 legoas quadradas
(segundo WILHELM SCHULTZ)



OBSERVAÇÕES
Terra devoluta, matada e abastada

POSICÕES GEOGRÁFICAS

A. Rio Itaipava	27° 15' S - 51° 15' W
B. Rio Paraná	27° 15' S - 51° 15' W
C. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
D. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
E. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
F. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
G. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
H. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
I. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
J. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
K. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
L. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
M. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
N. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
O. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
P. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
Q. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
R. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
S. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
T. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
U. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
V. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
W. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
X. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
Y. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W
Z. Rio Uruguay	27° 15' S - 51° 15' W



MAPA TOPOGRÁFICO
DE PARTE DA PROVINCIA
DE
SANTA CATHARINA

COMISSÃO DO REGISTRO GERAL E ESTATÍSTICA DAS TERRAS PÚBLICAS
E POSSÍVEIS

Sob a Presidência do Ex.^o Sr. Condeheiro
BERNARDO A. DE AZARBUJA
SECRETÁRIO DOS ENGENHEIROS

CARLOS RIVIERE
MANUEL DA CUNHA SAMPAIO, EMILIO ODRECHT, FERREIZ ENLÓIS E HENRIQUE ARIELIS.
Publicado por ordem do Sr. **Dr. Condeheiro**

F. B. BARROS BARRETO
Ministro e Secretario do Estado dos Negocios de Agricultura, Commercio e Obras Publicas.
1872.

Imp. de...

SANTA CATARINA NO SÉCULO XIX

A LIGAÇÃO DO LITORAL COM O PLANALTO

A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA PROVÍNCIA

O PERÍODO REGENCIAL

O SEGUNDO IMPÉRIO EM SANTA CATARINA

O INCREMENTO ITALIANO A PARTIR DE 1875

POLONESES EM SANTA CATARINA

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI e dos tempos considerados históricos, o estado foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o povoamento histórico de Santa Catarina. Aqui não ocorreu, até o século XX, nenhum ciclo econômico que estimulasse o povoamento espontâneo. O pau-brasil era pouco abundante, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. No início do século XVI, os primeiros exploradores recolheram notícias de enormes riquezas no interior do território cujo porto central já era a Ilha de Santa Catarina. Américo Vespúccio, Martim Afonso de Souza, Juan Dias Solis, Álvar Nunes Cabeza de Vaca e Sebastião Cabotto foram alguns dos muitos nautas que, baseados nessas notícias, empreenderam expedições ao sul. Entretanto, depois de muitas explorações, cujo epicentro foi quase sempre o Rio da Prata e a base das operações o atual litoral catarinense, os europeus, que nessa época acabavam de localizar – e em seguida destruir – as avançadas civilizações pré-colombianas que encontraram no México e no Peru, virtualmente abandonaram a área. Deduziram que as riquezas relatadas pelos índios do sul do Brasil estavam muito adiante do litoral Atlântico: encontravam-se do outro lado da Cordilheira dos Andes, em pleno Império Inca.

Essa constatação fez com que toda a região entre São Paulo e a desembocadura do Rio da Prata fosse quase esquecida, desprovida de atrativos econômicos e percorrida apenas pelos predadores de índios, ciclo que se desencadeou até a exaustão, com o virtual despovoamento de toda a área. Praticamente despovoada e deserta, percorrida apenas esparsamente por pequenos grupos de índios remanescentes, toda a região sul ficou praticamente paralisada, até que acontecimentos relacionados com a política européia vieram exigir providências.

Foi em 1640 que o mundo ibérico emergiu da união das coroas de Espanha e Portugal, exigindo uma delimitação entre as possessões meridionais dos dois países, que haviam permanecido unidos por oitenta anos. Nessa época, a povoação castelhana mais ao norte era Buenos Aires, inicialmente criada em 1536 e praticamente refundada em 1580. No mundo português, a pequena Cananéia era o núcleo urbano situado mais ao sul. Entre esses dois povoados, quase dois mil quilômetros distantes entre si, tinha se estabelecido um verdadeiro deserto de seres humanos: os portugueses haviam dizimado os índios de toda a costa e, em contrapartida, não construíram nenhum estabelecimento habitacional fixo.

O primeiro passo concreto para o povoamento foi dado pela coroa lusitana. Portugal não dispunha de meios, uma vez que lutava na Europa para efetivar a independência recém declarada da Espanha, enfrentava a ocupação holandesa no nordeste brasileiro e em Angola, e havia perdido a maior parte de suas antigas possessões na Ásia. Ainda assim, o reino teve olhos para uma macropolítica que não ignorou os relegados limites ao sul da América. O rei escreveu pessoalmente a paulistas abastados, solicitando-lhes que “estendessem mais para o sul seus reais domínios...”.

Atendendo a esses pedidos, foram fundadas, entre 1640 e 1688 (as datas são controversas), por movimento que alguns historiadores chamam de bandeiras de povoação, as três vilas pioneiras de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Em consequência dessas ações efetivadas por particulares, em 1680 Portugal construiu seu primeiro empreendimento oficial na América Meridional – a Colônia do Sacramento –, edificada na margem esquerda do Rio da Prata. A iniciativa, como não poderia deixar de ser, foi considerada um insulto pelos castelhanos e a colônia foi atacada no mesmo ano, dando início a uma série de conflitos, que se estenderam até meados do século XIX e influenciaram profundamente a história de toda a região. Santa Catarina foi palco central de muitas dessas ocorrências e sua trajetória acabou marcada pelas lutas relacionadas com a definição dos limites. Em 1735, em nova iniciativa da coroa lusitana, foi fundada São Pedro do Rio Grande, primeiro núcleo estável do atual estado do Rio Grande do Sul. As lutas constantes resultaram na fortificação da Ilha de Santa Catarina, em 1738, e na criação da Capitania do mesmo nome – subordinada a São Paulo. Em 1748 começaram a chegar a Santa Catarina os primeiros imigrantes na verdadeira acepção do termo: os açorianos. Esse feixe de esforços, empreendido ao longo do tempo e em campos diversos, demonstra o empenho da coroa portuguesa, definindo uma estratégia que visava garantir o acesso ao Rio da Prata. Primeiro estimulando ações particulares, depois efetivando empreendimentos oficiais, bancando guerras, criando instâncias administrativas, fortificando áreas vulneráveis e, finalmente, povoando o território com imigrantes – esses foram os lances principais do plano.



A Vila de Nossa Senhora do Desterro, em imagem do final do século XVIII: o traçado regular reflete a constância da presença militar na Ilha de Santa Catarina.

FONTE IMAGEM: Arquivo Histórico Nacional

No século XVIII, quem se bateu pela vinda dos imigrantes açorianos foi o primeiro governador da província de Santa Catarina, o brigadeiro militar português José da Silva Paes. O construtor do sistema defensivo da ilha – na época formado por quatro fortalezas e várias dezenas de canhões – sabia que, para a posse definitiva da terra conflagrada, soldados eram menos importantes do que colonos. Os relatos são unânimes quanto à importância que o governador dava à ocupação efetiva do litoral e ao desvelo com que procurava receber e organizar os colonos recém-chegados.

Sobre as responsabilidades de “agasalhar” os primeiros açorianos que chegavam a Santa Catarina, Silva Paes expressou-se desta forma: “Vejo importante matéria que sou encarregado a respeito da acomodação dos casais da sua repartição, e subsistência, reconhecendo as minhas poucas forças e talento para negócio de tanto prezo; porém o ardente desejo que sempre tive, e ainda me assiste, para me empregar no Real Serviço; me dará alguns alentos que pelas instruções e acertadas disposições de V. Exa. (Gomes Freire) cumprir com a minha obrigação”.

Walter Piazza, em publicação sobre o brigadeiro José da Silva Paes, afirma que “esse assunto – o do povoamento da Ilha de Santa Catarina – mereceu-lhe, desde o momento da posse no Governo da Capitania, atenção. E é assunto que vai merecer, diuturnamente, cuidados de vária ordem”.

Piazza estende-se sobre o assunto, valendo transcrever a argumentação e os documentos arrolados, que constituem verdadeira síntese do sentido estratégico que sempre se quis dar à colonização do território: Inicialmente pede à Coroa que mande povoadores e disse importante figura da administração lisboeta: “Sobre a falta que V. M. também representa haver

Situação Populacional da Província de Santa Catarina
1800-1844

anos	população total	brancos e libertos	escravos	% de escravos sobre o total
1800	21.068	-	-	-
1803	17.843	13.628	4.215	23,5%
1810	30.339	23.146	7.203	24,0%
1819	44.031	34.859	9.859	26,0%
1824	45.410	29.877	15.533	33,0%
1840	67.218	54.638	12.580	18,0%
1844	80.133	65.883	14.230	17,7%

Fonte: PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história

de gente assim na dita Ilha, como no Rio Grande de S. Pedro, se procurará dar alguma providencia pois he innegavel o discurso que V. M. faz de que não bastão Fortificações sem haver gente que as guarnesa, e juntamente povoe, e cultive as terras;..”.

Os açorianos devem ser considerados os primeiros imigrantes no sentido clássico, porque vieram ao Brasil em movimento coletivo, estimulado e financiado pelo governo, que lhes destinou terras específicas, preparou-se para recebê-los e comprometeu-se a aprovisioná-los depois da sua chegada. Embora

a maior parte dos compromissos não tenha sido cumprida, aproximadamente cinco mil indivíduos foram transplantados do meio do Atlântico, dando tintas permanentes à cultura e ao povoamento do litoral catarinense.

Essas importantes providências portuguesas não foram suficientes para impedir que, em 1777, a Espanha, emergindo de longa letargia, preparasse uma grande frota de guerra (a maior já enviada aos mares do sul) e invadisse a Ilha de Santa Catarina, que considerava sua desde o século XVI. Embora a ilha tenha sido devolvida no ano seguinte, desentendimentos e guerras incessantes continuaram marcando a história da região. A Colônia do Sacramento, São Pedro do Rio Grande e os Sete Povos trocaram de mão várias vezes e nem o grande avanço representado pelo Tratado de Madrid foi suficiente para pacificar as fronteiras. Sempre que havia um litígio na Europa, os reflexos na América tornavam-se inevitáveis: portugueses ou espanhóis aproveitavam-se do pretexto para tentar resolver suas pendências no sul, criando um movimento pendular em que o lado que se julgava prejudicado no último arranjo iniciava novas desavenças assim que surgia a oportunidade.

Foi o que se deu com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, no momento em que a Espanha, invadida e humilhada, era considerada aliada de Bonaparte. A região foi ocupada pelas tropas de D. João VI – que fizeram o mesmo com Caiena, na então Guiana Francesa. O atual Uruguai permaneceu anexado ao Império quando da independência brasileira na condição de Província da Cisplatina. O fato de Argentina e Brasil terem se separado da Espanha e de Portugal, respectivamente, apenas transferiu para o Rio de Janeiro e Buenos Aires o comando dos litígios, que continuaram tumultuando a área. Guerras e entreveros só diminuiram com a criação e o reconhecimento da República do Uruguai pelos dois países. Instalou-se, então, uma paz relativa, quebrada ainda diversas vezes por intervenções e conflitos que envolveram a Inglaterra e, depois, o Paraguai.



Planta da cidade de Lages, mais um núcleo estratégico destinado a preencher o vazio demográfico então existente no sul do Brasil.

FONTE IMAGEM: Arquivo Histórico Nacional

O fato é que, em plena metade do século XIX, perdurava o clima de beligerância em toda a região sul, em uma divisa praticamente despovoada de cidadãos brasileiros.

Assim, logo que planejou receber colônias de imigrantes, principalmente depois de dificuldades enfrentadas com o clima da Bahia e do Rio de Janeiro em experiências pioneiras, os olhos dos governantes voltaram-se para o sul do Brasil, e Santa Catarina oferecia excelentes condições para receber os empreendimentos coloniais.

As idéias receptivas às imigrações encontraram campo fértil em Santa Catarina. O território estava povoado apenas na estreita faixa litorânea. Em todo o planalto, o único núcleo urbano era a vila de Lages. No início do século XIX toda a população era ainda menor do que 50.000 habitantes. Por outro lado, não existia aqui uma forte aristocracia latifundiária, plenamente instalada e com interesses e domínios políticos estabelecidos, como a pecuária no Rio Grande do Sul ou o café em São Paulo. Em Santa Catarina, a defesa dos colonos e do modelo novo das pequenas propriedades parece ter sido sinceramente encampada pelos administradores provinciais.

Do ponto de vista produtivo, o ciclo de povoamento do século XVII, que deu origem às três vilas pioneiras, era quase de subsistência. Laguna, que se sobressaía com as charqueadas, ficou deslocada desde que foi aberto o caminho pelos campos gerais. A indústria da baleia teve curta existência e boa parte de seus lucros se concentrava na figura de seu arrematador. Os açorianos, espalhados em pequenas freguesias e em minifúndios rurais, comercializavam pequenas quantidades de peixe seco, farinhas e aguardentes. O incipiente ciclo têxtil foi bruscamente interrompido pelo famigerado Tratado de Methuen, assinado em 1703, em que Portugal abriu mão da indústria têxtil em troca de privilégios para a venda do vinho lusitano na Inglaterra. No Planalto, cortado pelo Caminho das Tropas, a débil Vila de Lages era o único ponto a sobressair-se. Esse quadro resume uma economia frágil, necessitada de novos impulsos e que não impôs restrições à vinda dos imigrantes e aos seus empreendimentos. Pelo contrário, viu-se na imigração uma real possibilidade de aquecimento econômico. São Francisco do Sul teve seu porto dinamizado pelos produtos e pelos passageiros que iam e vinham da Colônia Dona Francisca, fundada em 1851 no norte da província. Vários imigrantes alemães estabeleceram-se na cidade. O mesmo aconteceu com Itajaí, cujo desenvolvimento esteve ligado ao comércio com a colônia do Dr. Blumenau. Em Desterro não foi diferente, nem em Laguna.

A distribuição rarefeita e o pequeno contingente populacional testemunhavam a situação de quase estagnação da província no início do século XIX.

No estudo intitulado “Negros em Florianópolis”¹, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso estima a população da província de Santa Catarina, em 1810, como sendo de 30.309 habitantes, 66.218 em 1840, 101.559 em 1854 e 159.802 em 1872. Nesse período, o percentual de população escrava diminuiu de 23,07% para 9,39%, devendo-se atribuir, portanto, parcela considerável ao novo contingente de imigrantes que passou a somar-se aos habitantes da província. Em 1860, ainda segundo o autor, Laguna tinha a maior população residente, com 33.452 moradores. Era seguida pela capital, com 19.995; São Francisco, com 17.476; São José, 15.699; Porto Belo, 12.540; São Miguel, 9.665; e Lages, com 5820.

A LIGAÇÃO DO LITORAL COM O PLANALTO

A ocupação de Desterro pela Armada Espanhola comandada pelo Marquês de Caze Tellis, em 23 de fevereiro de 1777, tinha trazido à tona a necessidade de ligar as vilas do litoral ao planalto, por razões vitais de abastecimento e segurança. Tal idéia era sustentada e alimentada por Antônio José da Costa, filho de pais açorianos, nascido em Desterro, militar e vereador à época da invasão; e pelo capitão-mor de Lages, Antônio Correa Pinto, que precisava do litoral para abastecer o planalto serrano de açúcar, farinha, tecidos, ferramentas e sal para a cozinha e para o gado.

Com o restabelecimento da paz na península ibérica, os motivos estratégicos da ligação litoral-planalto perderam a importância.

Correa Pinto faleceu em 1783, mas o governador Major José Pereira Pinto instou que o Vice-rei do Brasil acolhesse as ponderações do governo sobre a necessidade da abertura da comunicação entre a vila de Lages e a Capitania Litorânea. Antonio José da Costa foi então escolhido para estudar os pontos do primeiro caminho das tropas entre o litoral e o planalto. José da Costa saiu, com sua expedição, em 11 de janeiro de 1787, rumo aos sertões do oeste. Pelo Vale do Maruim acima seguiram doze homens armados, doze escravos e sete cargueiros, abrindo a primeira trilha do caminho para o Planalto, viagem que se completou a 7 de agosto de 1787.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA

Do ponto de vista geográfico, Santa Catarina é o ponto central do sul do Brasil. No estado, ao contrário do Paraná e São Paulo, o planalto fica próximo da costa e vários rios importantes começam no limite desse planalto e são drenados para o oceano Atlântico. O Rio Itajaí-Açu é o mais importante desse sistema de drenagem. Nesta região o interior dos vales é formado por baixo relevos e por montanhas, sendo que 70% da área se situam

a uma altitude média de 400m. A vegetação nativa ainda existente é parte da Mata Atlântica, caracterizada por espécies heterogêneas e ainda hoje usadas na construção civil. A madeira e os depósitos de argila da região foram extensivamente utilizados no século passado. Hoje, os recursos da floresta Atlântica na região estão reduzidos a apenas 30% da área original e as fontes de argila também estão reduzidas.

Foi nesse espaço de clima ameno para os padrões brasileiros, situado próximo ao litoral e servido de rios que possibilitavam imediata ligação com portos e com as cidades já existentes, que se estabeleceram as primeiras colônias de imigrantes.

O caminho de dezesseis léguas e trezentos e cinquenta braças de extensão, de São José ao Morro do Trombudo, foi arrematado pelos capitães Antônio José da Costa e Antônio Marques Arzão. Os serviços de abertura dos caminhos foram iniciados em 14 de novembro de 1788 e concluídos em 6 de dezembro de 1790.

A realização dessa obra, mais uma das iniciativas portuguesas relacionadas com a questão dos limites, foi importante na história da imigração em Santa Catarina: em suas margens instalou-se, décadas mais tarde, a Colônia São Pedro, a primeira formada por contingentes não-lusitanos.

A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA PROVÍNCIA

Até 1820, a Província de Santa Catarina tinha como seu território somente a estreita faixa litorânea localizada entre as serras do Mar e Geral e o Oceano Atlântico. Naquele ano, foi incorporado o vasto planalto adjacente, cujos limites a oeste permaneciam indefinidos e que até então pertenciam à Província de São Paulo. Essa configuração administrativa demonstra os objetivos da criação da capitania de Santa Catarina em meados do século XVIII: posto avançado na luta pelos limites litorâneos, que deveriam estender-se, na estratégia portuguesa, até o Rio da Prata, onde ainda estava encravada, na época, a Colônia do Sacramento.

O recebimento das amplas áreas tidas como desabitadas do planalto, na época ainda disputadas pela Argentina e, mais tarde, em pendência interna, pelo Paraná, tornava evidente a necessidade de ampliar o povoamento na província de Santa Catarina. Politicamente a questão também amadurecia.

Durante o Império, dentro dos princípios vigentes da monarquia constitucional, os presidentes das províncias – como a de Santa Catarina – eram nomeados pelo Imperador, em função dos gabinetes políticos que se alternavam no poder. As relações com o governo central tendiam a ser, portanto, de dependência e quase sempre de colaboração e correspondência de propósitos. Em alguns estados da federação, a chegada de imigrantes representou um fato novo, com sérias possibilidades de ameaça ao status econômico, social e político, precariamente obtidos na política cheia de interesses da época. Não foi sem oposição que o assunto foi tratado por mais de uma assembléia provincial. Principalmente em São Paulo e até mesmo no Rio Grande do Sul, houve problemas que só o tempo se encarregou de diminuir. Desde o início, esse não parece ter sido o caso de Santa Catarina. As possibilidades representadas pela imigração já haviam sido testadas pelos casais açorianos e a necessidade de novas levas vinha sendo defendida desde o século XVIII. As autoridades provinciais, ao que consta, teriam compreendido desde cedo as vantagens e os potenciais dos empreendimentos colonizadores em um território promissor, estrategicamente posicionado e tão esparsamente povoado. Esse entendimento é comprovado pelo fato notável de que na história de praticamente todas as colônias instaladas em Santa Catarina sempre se manteve o clima de interesse e cooperação entre o governo e os colonos. Verifica-se que, na maioria esmagadora das vezes, tanto da parte das lideranças dos imigrantes quanto das autoridades da província, prevaleceu quase sempre o espírito público e a defesa do interesse geral.

OBSERVAÇÕES
 Desenhado em escala de 1:100,000

POSIÇÕES MÉRIDIANAS

1. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
2. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
3. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
4. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
5. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
6. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
7. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
8. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
9. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
10. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
11. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W
12. Ponta da Moura	48° 50' S	48° 50' W

1:100,000



MAPA TOPOGRAFICO
 DE PARTE DA PROV. DE
SANTA CATARINA

COMPLETAMENTO DO SEU CENSO ANUAL DE TERRAS, COLHEITAS
 E TRABALHOS DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA
 Organizado pela
**COMISSÃO DE REGISTRO GERAL E ESTATÍSTICA DAS TERRAS PÚBLICAS
 E POSSÍVEIS**
 Sob a Presidência do Ex.^o Sr. Conselheiro
BERNARDO S. M. DE ARAÚJO
 Assessor do Trabalho ANTONIO DE ALMEIDA
CARLOS RIVIERE
 Membro da Mesa SANTIAGO BOMBA FIDELICHI
 PEDRO LUIZ VIEIRA E HENRIQUE NUNES
 Publicado por ordem do Sr. Min. Conselheiro
F. H. BARROS BARRETO
 Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Agricultura,
 Comércio e Obras Públicas



NOTAS

Area de Santa Catarina (1848) (segundo WILHELM VON SPIEGEL)

Área de Santa Catarina (1848) (segundo WILHELM VON SPIEGEL)

1848
1849
1850



PROVINCIA DO PARANÁ

ATLANTICO

Apesar do virtual consenso acerca da imigração e do importante precedente representado pela chegada dos açorianos, quase um século se passou até que os empreendimentos migratórios se tornassem rotineiros na província.

Oswaldo R. Cabral sintetiza assim esta nova fase: “em 1829, a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara marcou o início desta etapa colonizadora em Santa Catarina: para os vales situados nas proximidades da Capital da província, transportaram-se os primeiros imigrantes alemães, seguindo-se em 1836, às margens do Tijucas Grandes, o estabelecimento dos primeiros de etnia italiana, fixando-se em São João Batista.

A estas duas primeiras células pioneiras seguiram-se, de colonos alemães, Vargem Grande (1837), Piedade (1847), Blumenau (1850), D. Francisca (1851), Leopoldina (1853), Teresópolis e Itajaí (1860).

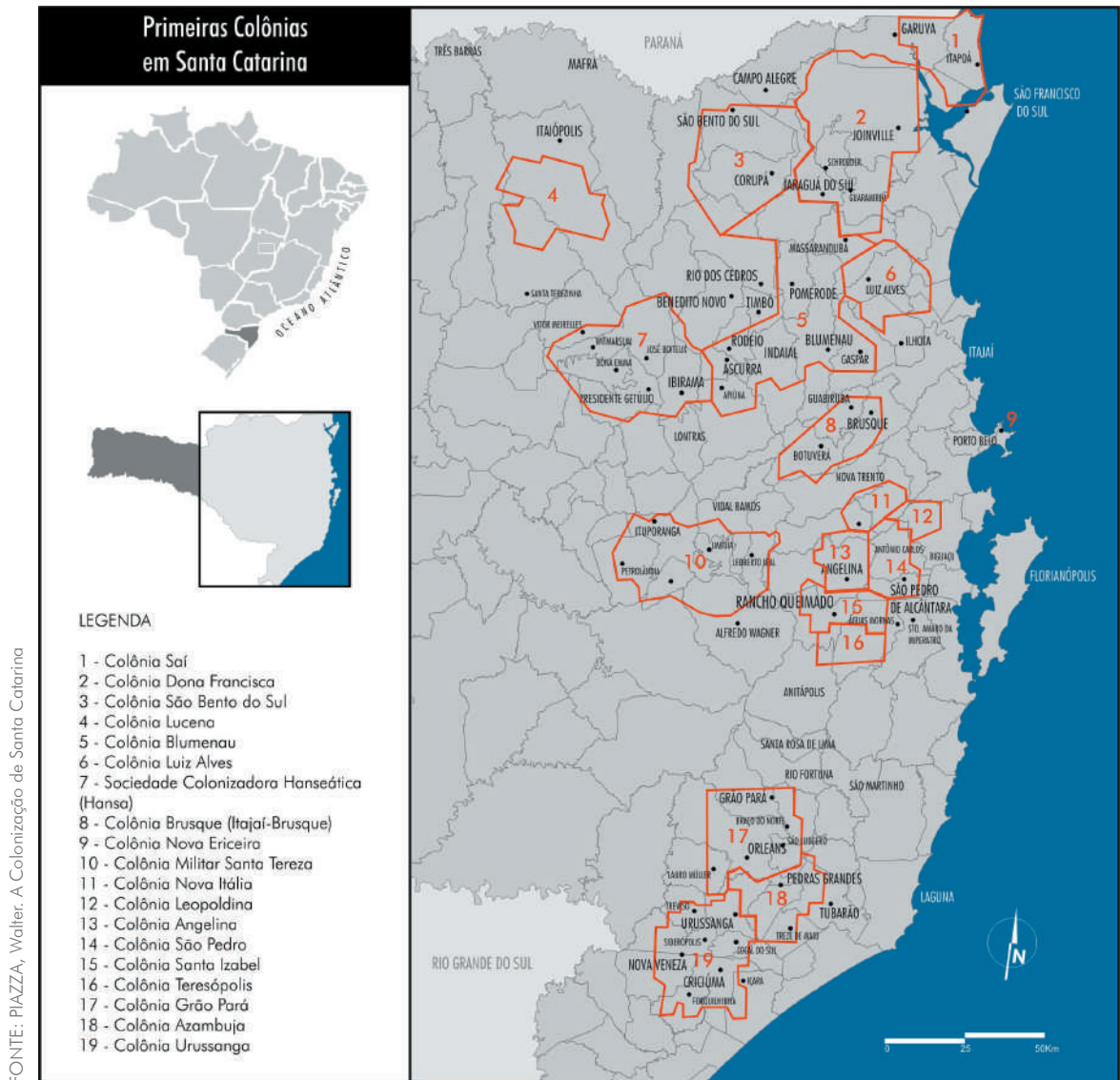
Com elementos franceses foi tentada, em 1842, no fundo da baía da Babitonga, em São Francisco do Sul, a do Saí, numa tentativa de concretização de idéias de Fourier, que teve curta duração, embora agitada existência. Dois anos depois, no Vale do Itajaí, a Colônia Belga, de elementos desta nacionalidade, foi instalada e, em 1867, com imigrantes irlandeses e americanos, a Príncipe D. Pedro”².

Cabral ainda menciona a organização de colônias mistas, formadas com estrangeiros e nacionais, ou exclusivamente de brasileiros, como as de Itajaí (1836), Flor da Silva (1844), Santa Tereza (1854) e Angelina (1860).

A COLÔNIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Efetivamente, a experiência pioneira com colonos de ascendência não-lusitana em Santa Catarina ocorreu com imigrantes alemães, ainda durante o reinado de Pedro I, apenas cinco anos depois da fundação de São Leopoldo – a primeira colônia sul-brasileira a receber imigrantes dessa origem.

Em homenagem ao Imperador, a colônia chamou-se São Pedro de Alcântara, mas seu desenvolvimento foi prejudicado exatamente pela abdicação do monarca e pela crise política, que tomou conta do país no subsequente período das Regências. A escolha do sítio que deveria abrigar o empreendimento pioneiro deu-se, mais uma vez, por razões estratégicas, ligadas aos conflitos pelos limites. Para a escolha do local onde deveria sediar-se a colônia, não foram buscadas as melhores terras, nem as áreas agricultáveis que porventura apresentassem maiores facilidades de escoamento da produção. Procurou-se garantir o posto avançado representado pela vila de Lages, criada, em 1766, como conseqüência do ciclo tropeiro e como sentinela lusitana na extensa divisa oeste do Brasil, que depois do arquivamento do Tratado de Tordesilhas, substituído pelo de Madrid, nunca fora acordada com a Espanha. Essa falta de definições criara uma enorme área de litígios, que a rigor estendia-se do norte da Amazônia ao Rio da Prata, configurando o campo de disputa em que mais tarde o Brasil se envolveria com a Argentina, o Paraguai, a Bolívia, a Colômbia e com as Guianas, quase todas negociadas vantajosamente pelo Barão do Rio Branco. No sul, Argentina e Brasil haviam herdado parte dessas pendências e uma grande área contestada no atual oeste catarinense tornou imprecisas as divisas definitivas entre os dois países até o início do século XX.

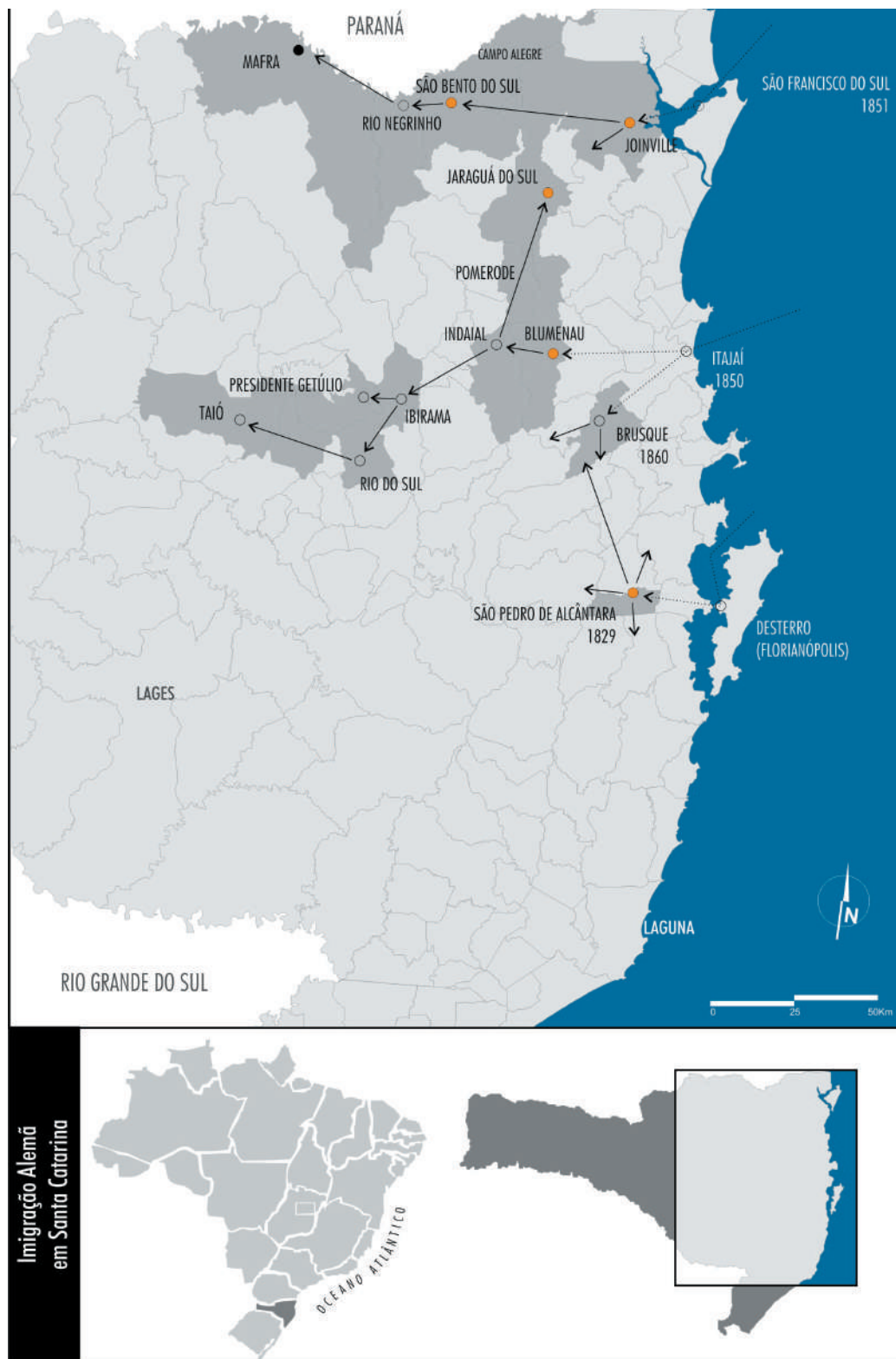


FONTE: PIAZZA, Walter. A Colonização de Santa Catarina

Nesse contexto, a sempre atenta coroa lusitana – quando se tratava da estratégia de garantir terras no sul – estimulava uma obra notável e ainda pouco reconhecida: a estrada que ligava a Ilha de Santa Catarina à Vila de Lages, aberta trinta anos antes. A obra teve fundamental importância para a ocupação e conhecimento do interior catarinense, e as circunstâncias acabaram por determinar que nas suas margens se instalasse a primeira colônia de imigrantes alemães, inaugurando o ciclo povoador que iria mudar profundamente todo o estado de Santa Catarina.

Em 1828 chegaram a Santa Catarina os primeiros imigrantes não-lusitanos. Eram alemães, vindos principalmente de Bremen em número de 523, aos quais se juntaram 112 soldados da chamada Legião Alemã, mercenários desengajados no Rio de Janeiro. Despachados pelo Inspetor da Colonização Estrangeira, monsenhor Pedro de Miranda Malheiros, chegaram ao porto do Desterro 635 pessoas, 276 no navio Luiza – em 7 de novembro – e 359 no Marquês de Viana – no dia 12 do mesmo mês.

A esses colonos se juntaram, em novembro de 1829, 50 colonos transportados pelo brigue Lucinda, quase todos soldados do 28º Batalhão da Corte; e em dezembro de 1830 chegaram mais nove pessoas, pelo bergatim Santa Catarina. A Colônia São Pedro era um empreendimento oficial, isto é,



bancado pelo governo, a quem caberia receber os imigrantes, oferecer os lotes e garantir a subsistência dos assentados até que a terra lhes desse meios de sustentarem a si e a suas famílias.

Essa colônia pioneira sofreu com a desorganização política do conturbado momento nacional. Havia falecido a Imperatriz, o Imperador abdicaria poucos anos depois e o período de regência descuidou do projeto ambicioso da ocupação de terras inabitadas, chegando a combatê-lo e acabando por abolir as despesas dele decorrentes. O Governo da Província, que procurou remediar a situação, possuía na época poucas disponibilidades financeiras.

Os colonos tiveram que aguardar longamente pela demarcação dos lotes, e o pagamento das diárias prometidas como ajudas de custo demorava a ser honrado. Houve constantes tumultos, causados principalmente pelos antigos soldados, que aos poucos foram deixando a região. Em 1830, o Presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, visitou a Colônia e suas impressões foram favoráveis:

“Contudo, mui poucos desanimaram. Eles se lançam avidamente ao trabalho: os rigores do tempo, a rudeza selvática do país, nada pode empecê-los; homens, mulheres, crianças, tudo trabalha com o maior acerto e a mais assisada distribuição de serviços: enquanto os mais robustos derrubam e queimam matas e plantam as terras, os outros e as crianças, cuidam na construção de suas casas, tecem os tetos de palha para as cobrir, tratam de toda a economia doméstica e assim, como por encanto, no curto espaço de seis meses, aparece um espaço de três léguas de cumprimento sobre duzentas braças de largura, convertido de sertão bárbaro e intransitável, em terreno coberto de seara de milho, trigo e legumes e todas as plantas do país, e de outras cujas sementes trouxeram da Europa, assim como povoadas de pequenas e cômodas habitações edificadas com uma facilidade verdadeiramente pasmosa.”

Abandonada à própria sorte, nem por isso a colônia deixou de prosperar. Funcionaram os laços ancestrais de camaradagem nos momentos difíceis e, aos poucos, a situação tornou-se melhor para todos. Os produtos, levados às costas, eram comercializados em Desterro ou São José, além das trocas com os viajantes que passavam no caminho que ligava Lages ao litoral. Organizados comunitariamente, dentro das tradições que lhes eram caras, os colonos puderam enfrentar todas as adversidades, incluindo secas e enxurradas, a ponto de, segundo Aderbal João Philippi, “Dentro de alguns anos, todas as famílias possuíam porcos, vacas de leite, bois e cavalos para o serviço nos engenhos e no transporte. Alguns dos mais bem sucedidos adquiriram escravos...”. A falta de qualidade de parte das terras e as dificuldades de comercializar os produtos fizeram com que muitos dos habitantes procurassem outras áreas. Dentre os fatores negativos, destaca-se o relevo. As características topográficas da bacia do médio Rio Maruí não foram propícias ao desenvolvimento e sucesso completo da Colônia São Pedro. “Seu vale alcança, aproximadamente, 15 quilômetros desde a sede, a 200 metros de altitude, até as cabeceiras, que se alçam a mais de 600 metros. Seus afluentes são ribeirões de 2 a 3 quilômetros, em desníveis de 200 a 300 metros.” O núcleo estendeu-se assim para a bacia do Rio Biguaçu, onde lançaram-se os alicerces de Antônio Carlos, e para a do Rio Cubatão, mais próximo a Caldas da Imperatriz.

Apesar dos percalços, a Colônia progrediu e hoje a região é uma das mais agradáveis e harmônicas de Santa Catarina. Dela derivaram diversos municípios catarinenses, todos marcados pela tradição trazida pelos imigrantes. Em função das dificuldades encontradas, muitos de seus moradores deslocaram-se, ao longo do tempo, para as colônias Blumenau, Brusque e também para a Dona Francisca, contribuindo para o sucesso desses empreendimentos com o aprendizado e com a adaptação que já tinham anteriormente desenvolvido em terras brasileiras.

O PERÍODO REGENCIAL

Todos os empreendimentos coloniais estabelecidos na fase das Regências lutaram contra problemas sérios. Walter Piazza afirma que “após a abdicação de D. Pedro I a 7 de abril de 1831, inicia-se o Período Regencial, com a Trina Provisória, as Trinas Permanentes e as Regências Unas. Trata-se, no dizer de conceituado autor nacional, de período de xenofobia, onde todo e qualquer estrangeiro é mal visto, odiado, e, conseqüentemente, os estrangeiros não seriam bem recebidos, nem sequer como imigrantes”³.

Ainda assim, o período registra reações favoráveis à imigração e contradições com a política oficial do governo, como a proposta positiva de José Lino Coutinho, de 1832, e a que Piazza considera “aberrante”, de Joaquim Vieira de Silva e Souza, de 1835, “propondo a criação de colônias, no interior do país, com indigentes e criminosos”.

José Inácio Borges e Antônio Paulino Limpo de Abreu propuseram, em 1836 e 1837, a venda de terras a preços moderados, como meio de incentivar a imigração. Piazza cita que “em 1839, o Ministro do Império, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque propõe um plano de colonização estabelecendo áreas para tal, desde Santa Catarina, no sul, até o Ceará e o Maranhão, no norte, e Mato Grosso no oeste, mas foi em vão”.

Apesar dos fatos contrários ocorridos no período das Regências, a província de Santa Catarina já podia se considerar uma exceção no contexto nacional. Valendo-se de documento do Regente Diogo Antônio Feijó, de 1834, autorizando despesas com transporte e manutenção de imigrantes, já em 1835 foram promulgadas leis que criaram duas colônias no Rio Itajaí-Mirim, e em 1836 a Lei no 49, que autorizava “a colonização por empresas, quer por companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como a estrangeiros”. Nessa lei se basearia, mais tarde, a Colônia Nova Itália. A Lei no 79, de 1837, assim como a nº 142, de 1840, também se referem à colonização.

Como conseqüência dos avanços da legislação, em 1837, o Tenente Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da Província, fundou a Colônia Vargem Grande, na margem do Rio Bugres, afluente do Cubatão. Em 1842 saem da Colônia São Pedro de Alcântara colonos rumo à Colônia Itajaí, formando a frente pioneira que facilitará, em seguida, a fundação da Colônia Blumenau e a ocupação definitiva do Vale do Itajaí-Açu. Outros partiram ainda em direção à Colônia Santa Isabel, fundada em 1847, e daí, seguindo o caminho das tropas, vão adentrando em outros vales. Alcançam,

assim, as nascentes dos formadores do rio Itajaí do Sul onde, em suas margens, o Governo Imperial instala a Colônia Militar de Santa Teresa, criada em novembro de 1850 e instalada em 1854.

Dessa maneira, para fins de apreciação dos resultados da imigração em Santa Catarina, pode-se considerar que os empreendimentos iniciados até 1850 devem ser enquadrados como pertencentes aos primórdios da imigração e dentro da fase das primeiras experiências. Nesse período, a quase totalidade das colônias, a exemplo da Colônia São Pedro, era oficial, ou seja, o governo imperial responsabilizava-se por viabilizar a vinda e o assentamento dos colonos nas novas terras. Entretanto, apesar da Província de Santa Catarina já dispor de uma Lei da Colonização, que desde 1836 permitia a instalação de colônias por empresas tanto nacionais como estrangeiras, na prática restavam dúvidas quanto à validade jurídica de tais concessões. Não existia ainda uma grande companhia de colonização que tivesse aceitado tomar as rédeas do negócio, e a maior parte das terras era oferecida pelo governo brasileiro, por meio de propagandas, diretamente ao possível comprador – muitas vezes colonos ou comerciantes desejosos de imigrar, porém sem posses suficientes que lhes possibilitassem correr riscos. O relatório de viagem do Dr. Blumenau, no qual ele faz uma série de observações e recomendações aos colonos que desejam emigrar para o Brasil e também tece uma análise acerca da política brasileira de colonização até então empregada, é elucidativo:

“Várias dúvidas foram levantadas contra a validade das concessões de terras já entregues e ainda a serem entregues, baseadas na lei mencionada (referindo-se à Lei de Colonização da Província de 1836), porém totalmente sem fundamento, como demonstra o extrato publicado acima sob III⁴. Até setembro de 1848 (data da minha partida do Brasil) ainda não havia sido apresentada nenhuma lei imperial que revogasse a lei provincial supracitada, o que provavelmente não ocorreu até agora. De acordo com esta lei, continuam sendo concedidas terras. Eu mesmo, através desta lei, juntamente com meu sócio, o senhor Ferdinand Hackradt, recebi para a nossa colônia uma área às margens do rio Itajaí, medindo aproximadamente 16.000 Morgen. Menos do que 100 Thaler foram pagos para taxas de cartório e outras despesas, referentes aos documentos necessários, etc. No entanto, a concessão de glebas maiores do que aproximadamente 400 Morgen, ocorre somente se os recursos financeiros ou crédito necessário para a cultura puderem ser comprovados. Cada um que ainda não possui terras, porém uma família e certos recursos financeiros, pode reclamar até aproximadamente 400 Morgen. Se tudo estiver em ordem e não houver direitos de posse anteriores, ele receberá a concessão. Na melhor das hipóteses esse procedimento demora de 3 a 6 meses, às vezes, também dois anos. Para não perder inutilmente tempo e esforço, não se envolver com processos jurídicos após ter recebido a terra, é necessário o conhecimento detalhado da localidade e a observação de algumas medidas de precaução. Além disso, as terras ainda não reclamadas ou concedidas, encontram-se muito distantes das vias atuais de comunicação, por isso, aconselha-se ao emigrante que tem o interesse de aplicar o seu tempo e dinheiro de uma forma rápida e boa, a comprar preferencialmente terras particulares, ao invés de correr atrás de uma concessão de terras durante muitos meses, pois até então estas terras não têm valor e somente o terão a partir da abertura de caminhos. Junto ao caminho de São José, em direção a Lages, na colônia Santa Isabel, ainda consegue-se terras mais rapidamente, porque toda esta área ainda pertence ao Governo.

Colônias do Período Regencial em Santa Catarina

A lei nº 11, de 5 de maio de 1835, estabelecia a fixação de duas colônias, de nacionais e de estrangeiros, nos rios Itajaí e Itajaí-Mirim. Foram assim implementados os arraiais de Pocinho (no rio Itajaí-Açú) e do Tabuleiro (no Itajaí-Mirim). A mesma lei ainda estabelecia a criação de outros dois arraiais, um no Ribeirão Conceição e outro em Belchior. Para esta última, devido aos ataques indígenas, foram encaminhados elementos oriundos da Colônia São Pedro e onde se implantou uma Companhia de Pedestres.

Em 1836, 186 colonos provenientes da Ilha de Sardenha chegam à província para efetivar a Colônia Nova Itália. Instalada no vale do Rio Tijucas, a colônia representava uma ligação entre o Vale do Maruí (onde estavam os colonos de São Pedro de Alcântara) e os habitantes do rio Tijucas, interligando-se, mais tarde, também com a Colônia Brusque.

Mas estas encontram-se muito distantes do mar e os produtos dificilmente podem ser explorados, devido à atual condição dos caminhos. Quem tem a possibilidade, deveria ficar perto do mar ou de um rio navegável e comprar terras particulares.

Conforme a lei supracitada, a pessoa sem recursos não tem muitas perspectivas, mas, em contrapartida, as pessoas e associações de colonização abastadas e empreendedoras são favorecidas. Se há dois anos e meio os meus conselhos referentes à colonização em Santa Catarina, tivessem sido vistos com menos arrogância por certas partes, agora já se poderia obter um lucro considerável, pois não pode ser exigido que um comerciante gaste o seu dinheiro em vão. Esta seria uma atitude conveniente aos comerciantes grandes e ricos, sendo um comportamento típico dos ingleses agir de forma grandiosa para obter resultados ainda maiores. Um empreendimento grande poderia ser bem fundamentado e estas partes distintas poderiam obter, além disso, a fama de um patriotismo realmente alemão e não apenas articulada pelo Município. Este patriotismo não pode ser obtido com segundas intenções, através da oferta de banquetes aos homens alemães.”⁵

Lei da Colonização da Província de Santa Catarina 1836 - nr. 49

Art. 1. É permitida a Colonização por empresa, quer por Companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como estrangeiros, debaixo das regras, e com as vantagens, e condições seguintes:

Art. 2. Para estabelecimento de Colonos, qualquer Empreendedor poderá escolher terrenos, onde os houver devolutos, ou caídos em comisso, os que serão divididos em sortes de terras na proporção seguinte: duzentas braças de frente por cada Colono solteiro; duzentas e cinquenta, sendo casado sem filhos, trezentas e cinquenta, sendo casado com um até três filhos; quatrocentas, sendo casado com mais de três filhos, todas com mil braças de fundo.

Art. 3. Pelo fato do estabelecimento do Colono, metade da sorte de terras fica desde logo pertencendo a propriedade do Empreendedor; e a outra metade no fim de dez anos ficará pertencendo ao Colono. Durante este prazo, o mesmo depois que ele findar, a metade, que compete ao Colono, bem como as benfeitorias nela feitas, serão consideradas como especialmente hipotecadas ao Empreendedor, em quanto aquele se não houver desobrigado dos empenhes contraídos; exceto se o empenho a que estiver obrigado consistir em prestação de serviço, pois neste caso se praticará em conformidade da Lei Geral de 13 de Setembro de 1830.

Art. 4. Dentro do prazo de dez anos, por ausência, ou morte do Colono, a metade da sorte de terras e este destinada passará à propriedade do Empreendedor, quando se verificar, que a família, ou herdeiros do Colono não

possam ou não queiram satisfazer os empenhes contraídos, e ainda não desobrigados. Por morte do Empreendedor, e na falta verificada de herdeiros, que se obriguem a satisfazer e exigir os empenhes mutuamente contraídos, o Colono será considerado desde logo na propriedade da sorte de terras que lhe estava destinada, bem como dentro do dito prazo de dez anos, em qualquer tempo, que se ache desobrigado, para com o Empreendedor.

Art. 5. Os contratos entre o Empreendedor, e os Colonos serão feitos por Escritura pública, ou por este modo ratificados, quando tenham sido feitos em países estrangeiro.

Art. 6. Cada Colônia se estabelecerá em um Distrito de duas léguas ao quadrado, cada légua será do comprimento de três milhas; cada milha do comprimento de mil braças. Poderão também haver Quarteirões de Distritos de uma légua ao quadrado. Naqueles o Presidente da Província escolherá e fará reservar mil braças ao quadrado, neste quinhentas braças ao quadrado para arraial e logradouro público.

Art. 7. Dentro do prazo de dois anos depois da concessão, será obrigado o Empreendedor a medir, e demarcar o Distrito Colônia, pelas quatro faces; e dentro de quatro anos completará a distribuição das sortes de terras. As que no fim deste prazo estiverem por distribuir, serão consideradas devolutas.

Art. 8. O Empreendedor, à medida que for estabelecendo os Colonos, será obrigado a medir, e demarcar as sortes de terras por um Demarcador juramentado, de nomeação do Juiz Municipal respectivo, passando-se certidão, a vista da qual o Presidente da Província, dará dois Títulos, um ao Empreendedor, da metade que tiver escolhido para si, e

O SEGUNDO IMPÉRIO EM SANTA CATARINA

O novo surto colonizador brasileiro, deflagrado a partir da investidura de D. Pedro II como imperador, se refletirá na Província de Santa Catarina pelo estabelecimento de diversas novas colônias.

A legislação provincial é incrementada pela Lei nº 234, de 31 de março de 1847, que dispunha sobre a instalação de imigrantes alemães recém-chegados nas colônias da Província.

Data também desse período – 1850 – a “Lei de Terras”, considerada um importante incremento à colonização no país e, conseqüentemente, também em Santa Catarina.

outro ao Colono.

Art. 9. As sortes de terras, serão enumeradas seguidamente, e na medição, e demarcação, seja quais forem as irregularidades do terreno, as frentes e fundos correrão a rumos retangulares; e não poderá deixar-se terreno devoluto se encontrarem terrenos inaproveitáveis, a sorte de terras se completará por argumento nas frentes, de tantas braças quantas forem exigidas para a compensação.

Art. 10. Haverão na Secretaria do Governo Livros de Tombo para as Colônias, e por cada Título que neles se registrar, se pagará mil e duzentos réis. A todo o tempo que a metade da sorte de terras do Colono, se torne propriedade deste, ou do Empreendedor, segundo ocorrerem as circunstâncias dos Artigos 3 e 4, nos mesmos Livros se farão as verbas necessárias, que igualmente serão transcritas no Título que se houver passado.

Art. 12. Fica o Governo Provincial autorizado a designar Distritos de Colônias, onde julgar conveniente, sendo a este caso aplicáveis as disposições dos Artigos 2, 6 e 9. As terras assim concedidas serão obrigadas à medição, demarcação, e tombamento, dentro do prazo de um ano, depois da concessão.

Art. 13. Haverão também Colônias de criação de gado de qualquer espécie e para estas a extensão dos Distritos poderá ser elevada até o dobro do que se acha estabelecido no Artigo 6: e aos Colonos, que nelas se quiserem estabelecer, o Presidente da Província poderá conceder sortes de terras de quinhentas, a mil e quinhentas braças ao quadrado, sendo obrigados dentro dos dois primeiros anos a estabelecerem nelas habitação, aplicando os terrenos ao fim para que lhe

foram concedidos, e a procederem a medição, demarcação e tombamento das terras.

Art. 15. Os Colonos estabelecidos nos Distritos designados pelo Governo Provincial tiraram Título de confirmação da propriedade das sortes de terras, que lhe serão passados dentro dos prazos mencionados nos Artigos 12 e 13, provando eles, que tem satisfeito as obrigações de medição, e demarcação, impostas nos mesmos artigos. A falta de título de confirmação, torna devoluta a sorte de terras.

Art. 16. Os terrenos por esta Lei concedidos serão a todo o tempo, e desde logo sujeitos às seguintes condições.

- 1) Ficam revogadas as minas, ou quaisquer minerais na forma das leis existentes, ou que se houverem de estabelecer a tal respeito.
- 2) O corte das madeiras fica sujeito as leis que o modificarão, ou as que o possam para o futuro alterar.
- 3) Ficam sujeitos os terrenos a dar lugar sem indenização a abertura de estradas públicas, canais ou cortes de rios, segundo o exigir a comodidade, utilidade, ou necessidade pública.
- 4) Ficam igualmente sujeitos a dar lugar sem indenização aos caminhos de comunicação entre os terrenos interiormente sitos.

Art. 17. Os Colonos, que se estabelecerem em virtude desta Lei têm direito a toda a proteção do Governo Provincial e serão exemplos de todo o ónus pessoal fora do Distrito da Colônia, é de imposições de qualquer natureza por tempo de dez anos.

Art. 19. Ficam sem vigor quaisquer disposições em contrário às acima mencionadas.

Foi nesse contexto, marcado pela pacificação política ocorrida depois de decretada a maioria do imperador, que se instalaram algumas das mais representativas colônias fixadas no estado. Elas deram origem a núcleos urbanos prósperos – como foi o caso das colônias Blumenau e Dona Francisca – e também a alguns núcleos fracassados – por exemplo, as colônias do Saí e da Piedade.

COLÔNIA INDUSTRIAL DO SAÍ

Foi inspirada nas idéias de Charles Fourier para a criação dos falanstérios, de inspiração socialista. O próprio imperador participou das negociações que permitiram a criação da Colônia do Saí, instalada na península de mesmo nome, no município de São Francisco do Sul. Em 1841, com a chegada dos cem primeiros “falansterianos” de origem francesa, iniciou-se a instalação dos colonos, quase todos provenientes de cidades e pouco afeitos às lides rurais. Disputas pelo comando do empreendimento logo dividiram os colonos e a partir de 1844, após um rápido período de pequena prosperidade, a colônia se desfez. Nada restou das incipientes construções que chegaram a ser edificadas.

COLÔNIA DA PIEDADE

Instalada em 1847, na praia da Armação Grande (Nossa Senhora da Piedade), com a introdução de 150 colonos alemães. Após seis anos de existência, restava no núcleo apenas um único colono. Supõe-se que o seu isolamento tenha contribuído para o êxodo dos imigrantes para outras frentes coloniais.

COLÔNIA BELGA

Foi criada graças à iniciativa de Charles Van Lede que, após solicitar ao governo belga a cooperação e a contribuição para a instalação de uma colônia belga no Brasil, cria, em 1841, a Société Belge-Brésilienne de Colonisation.

Van Lede conseguiu, depois de demoradas negociações, a concessão de terras nas localidades de Ilhota, à margem direita do Rio Itajaí-Açu, e de Morretes, no Itajaí-Mirim. Em 1844 chegaram os primeiros colonos, mas a partir de 1847 a colônia, já sem o seu diretor, passou a lutar pela própria sobrevivência. Com a morte de Van Lede em 1875, em Bruxelas, as terras de Santa Catarina foram reclamadas por seus herdeiros, tumultuando a vida dos colonos que, mesmo assim, continuaram de posse das suas terras. Muitos dos imigrantes e seus filhos foram atraídos pelo desenvolvimento da Colônia Blumenau, mas restaram os que, juntando-se a contingentes luso-brasileiros, criaram a base populacional do atual município de Ilhota.

COLÔNIA SANTA ISABEL

Situada às margens do Rio dos Bugres, na confluência com o Cubatão, estendeu-se, mais tarde, rumo a Taquaras. Foi fundada em 1947 por imigrantes alemães. Com rápido crescimento, encontrou a Colônia Vargem Grande, que lhe era contígua. Muitos de seus colonos se mudaram em busca de terras mais férteis, havendo quem se deslocasse para empreendimentos vizinhos como Brusque e, principalmente, para Blumenau, além dos que buscaram a Dona Francisca e o Paraná.

COLÔNIA BLUMENAU

Representa um dos mais importantes núcleos coloniais de Santa Catarina e do Brasil. Sua implementação deu origem a uma das regiões mais prósperas do estado, atualmente subdividida em numerosos municípios onde prevalecem as especificidades culturais, os altos índices de industrialização urbana e as pequenas propriedades rurais.

Dr. Blumenau e os antecedentes da fundação da colônia

A Colônia Blumenau é fruto do empenho, dedicação e visionarismo deste singular personagem, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. A história da colônia se confunde com a sua biografia.

Nascido em 1819, Blumenau era o mais novo de seis filhos. Em 1836, interrompeu os estudos por ordem do pai e passou à condição de aprendiz de farmácia de renomado botânico, em cuja colheita de ervas “Blumenau tinha que trabalhar, na primavera, não raro, desde as quatro da madrugada até as 11 da noite”. Segundo J. Ferreira da Silva, tendo terminado os estudos no ano seguinte, prestando exame com brilhantismo, “empreendeu viagem a pé pela Boêmia, Alta-Áustria, Salzburgo até Gastein e, passando por Saalfelder e Passau, foi a Erfurt e dali regressou à cidade natal. Trabalhou em farmácias de 1840 a 1842, quando se associa a uma fábrica de produtos químicos em Erfurt. Esteve em Londres e em seu retorno, matriculou-se no curso de Química. Em 1846 defendeu tese sobre “alcalóides”⁶.

Travou relações com o grande naturalista Von Martius, que percorrerá o Brasil anos antes em uma das mais impressionantes viagens dentre tantas realizadas por naturalistas no século XIX. Estabeleceu contato também com Alexandre von Humboldt. Em Londres, conheceu o cônsul geral do Brasil na Prússia, João Jacob Sturtz⁷. Entusiasta das possibilidades e do futuro do país, Sturtz transmitiu a Blumenau a sua admiração pelas terras brasileiras. Blumenau, que já cogitava a possibilidade de transferir-se para algum dos países da América interessados na imigração alemã (Estados Unidos, Brasil e Chile), entusiasmou-se ainda mais com a idéia.

Apenas sete dias depois de sua formatura, em 30 de março de 1846, Blumenau partiu para o Brasil. Fazendo escala na Corte, estabeleceu contato com autoridades. Visitou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde

apresentou planos concretos e viajou, a pé, de Desterro até Itajaí, empolgando-se então com os potenciais da região.

Constituiu sociedade com o comerciante Fernando Hackardt, com quem rumou a Itajaí a fim de explorar as terras adjacentes ao grande rio. Subiram os dois, em janeiro de 1848, o Rio Itajaí-Açu, passando pelos vários estabelecimentos já existentes em suas margens, como a Fazenda das Flores, a Colônia Belga, Pocinho e Belchior, para onde haviam rumado, por volta de 1836, vários alemães que deixaram a Colônia São Pedro de Alcântara.

Hackardt ficara encarregado de prover o lugar escolhido para o estabelecimento da sede provisória da colônia da infra-estrutura necessária para o recebimento dos primeiros imigrantes. Enquanto isso, Blumenau rumaria para a Europa, visando angariar simpatias para seu empreendimento. Antes disso, dirigiu à Assembléia Provincial a sua proposta para a colonização das terras recém-visitadas. Através do documento – datado de 26 de março de 1848 e elaborado após entendimentos com o Presidente da Província, Marechal Antero – pedia, como procurador da Sociedade Protetora dos Imigrantes (cargo ao qual havia sido nomeado ainda antes da sua primeira vinda ao Brasil, a fim de averiguar as condições de vida dos colonos já instalados no sul do país), que lhe fosse dada a concessão “de duas datas de terras, cada uma com 5 ou 6 léguas, às margens do rio Itajaí”, para que fossem colonizadas por imigrantes alemães.

O projeto compunha-se de nove artigos e a proposta era de que a Sociedade ficaria obrigada a trazer agricultores alemães para as terras solicitadas, regulamentando as obrigações tanto de uma quanto de outra parte. No entanto, correntes contrárias à transformação do projeto em lei acabaram frustrando os planos de Blumenau, que teve sua proposta rejeitada pela Assembléia Legislativa.

Essa decisão negativa, somada à dissolução, em Hamburgo, da Sociedade Protetora, foi um duro golpe as suas aspirações. Porém, decidido a levar a cabo suas idéias, organizou uma sociedade particular com Hackardt, sob razão social de Blumenau&Hackardt. Com a firma, comprou uma gleba de terras, nas imediações do Ribeirão Garcia, onde operaria como empresa particular de agricultura e indústria. Só então partiu para a Alemanha em busca de apoio e gente para colonizar suas terras, deixando o sócio trabalhando no local, na construção de ranchos, fazendo plantações e providenciando o necessário às acomodações dos primeiros colonos.

Na Alemanha, Blumenau encontrou campanhas contra a emigração para o Brasil, promovidas especialmente por agentes de outros países interessados em receber imigrantes alemães. Além disso, tomou conhecimento da fundação “Kolonisations-Verein von 1849”, em Hamburgo, sob a presidência do senador Cristiano Schroeder que, contando com o amparo do governo brasileiro, havia recebido, através de doação, 12.800 hectares de terra do dote da Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, casada com o Príncipe de Joinville. Tais terras ficavam próximas às de Blumenau e certamente concorreriam com a sua colônia no aliciamento de imigrantes.

Com muitas dificuldades obteve a vinda de 17 pioneiros para o início de sua almejada colônia. A viagem de volta foi cheia de turbulências. O veleiro em que embarcou sofreu tanto com as calmarias quanto com as tempestades. Na chegada ao Brasil, recebeu notícias nada agradáveis. O pai

falecera duas semanas após o seu embarque, a moça com quem almejava se casar respondeu negativamente a sua investida e, para completar, Fernando Hackardt dizia-lhe, por carta, querer desfazer a sociedade. Voltando às margens do Itajaí para receber os primeiros imigrantes, encontrou desamparado o núcleo em que investira “o melhor de seus seis mil thalers”. A situação era calamitosa.

Desfeita a sociedade, iniciou sozinho o empreendimento. Procurou ajuda do Governo Imperial, de quem não obteve nada além de promessas. Recebeu ajuda de um amigo, que lhe emprestou dinheiro. Assim, em condição de quase desespero, recebeu o primeiro grupo de imigrantes, poucos dias depois de seu regresso (segundo Ferreira da Silva, apenas duas dessas famílias iriam radicar-se definitivamente em Blumenau).

1^ª fase - Colônia Privada (1850 a 1859)

Blumenau foi fundada, portanto, como colônia privada pelo Dr Hermann Blumenau, em 1850, na confluência dos rios Itajaí- Açu e Garcia.

Os recém-chegados eram todos protestantes luteranos, a maioria homens, de vinte e poucos anos e solteiros. As duas exceções eram as famílias Friedenreich e Kohlmann. Estavam acostumados à vida mais ou menos cômoda das cidades alemãs. Fora dois ou três lavradores, o resto possuía outra profissão. Mesmo assim, todos deveriam trabalhar na terra. Dos dezessete chegados à Colônia Blumenau, apenas o casal Friedenreich com



1 - Antigo porto de Blumenau, por onde chegavam os primeiros imigrantes.

2 - Barracão dos imigrantes, onde ficavam instalados os colonos recém chegados

FONTE: Edição comemorativa do Centenário de Blumenau, 1950..

suas duas filhas pequenas e o charuteiro Frederico Riemer, todos provenientes da Prússia, acabaram por estabelecer-se definitivamente no local. O restante tomou outro rumo. Alguns se mudaram para outras colônias nas imediações e outros seguiram para o Rio de Janeiro ou São Paulo, para sobreviver da sua profissão.

Em 1851, apenas 8 imigrantes entraram na colônia, sendo que a metade acabou por abandoná-la aos poucos e outros dois morreram afogados. A demarcação dos lotes urbanos e rurais foi iniciada em 1852, quando a colônia sofreu um incremento de 110 novas almas.

Nesse ano, a colônia já contava com um médico, um professor, um jardineiro, um alveitar, um ferreiro, um espingardeiro, um torneiro, dois alfaiates, dois sapateiros, um pedreiro-escultor, um cavaqueiro, três marceneiros, um construtor de engenho, um moleiro, dois carpinteiros e um tanoeiro. Os demais eram agricultores. Abrigados no barracão improvisado, os ingressos iam, pouco a pouco, tomando frente nos serviços agrícolas.

A variedade de profissionais que ingressavam na colônia era muito mais do que uma simples coincidência. Na verdade, refletia uma preocupação que Blumenau tinha desde que iniciara os projetos da colônia: a sua sustentabilidade. Afora isso, tinha planos de servir a colônia de bons caminhos, que possibilitassem a sua ligação com outros centros importantes da Província. As ligações por via terrestre da Colônia rumo ao litoral, até Itajaí, e rumo ao planalto serrano, até Lages, foram, durante muito tempo, uma meta a ser cumprida. Muitas foram as tratativas de Blumenau com o Governo Imperial, que lhe deveria viabilizar recursos para a efetivação dessas importantes obras de infra-estrutura. Sua execução, porém, levou anos e só muito tempo depois os caminhos foram definitivamente trilhados.

O primeiro decênio de existência da Colônia Blumenau foi de desenvolvimento lento. A escassez de recursos, as enchentes que já no primeiro ano assolaram terras da colônia, os ataques de “bugres” que assustavam os colonos, a dificuldade de trazer mais imigrantes devido às campanhas contrárias ao Brasil e à concorrência exercida pela Colônia Dona Francisca, que lhe roubava colonos já no porto de São Francisco do Sul, foram fatores que, paulatinamente, levaram Blumenau a reportar-se à Corte e pedir que lhe fossem compradas as terras da Colônia. As negociações para a transferência das terras de Blumenau ao Governo Imperial culminaram com a assinatura de um acordo a 13 de janeiro de 1860.

2ª fase - Colônia Imperial (1860 a 1882)

“A boa vontade e a compreensão de D. Pedro II para com o Dr. Blumenau e seus planos e projetos de uma colonização em grande escala, foram fatores dos mais decisivos na conclusão feliz das transações.”⁸

A partir da assinatura do acordo, todas as terras que Hermann Blumenau possuía no Rio Itajaí – com exceção dos sítios da Velha, da Ponta Aguda e do Salto – passariam ao domínio do Governo Imperial, que lhe pagaria a quantia de 120 contos de réis, sendo que deste valor total abater-se-iam 85 contos de que o governo era credor. Além disso, Blumenau deveria permane-

cer à frente dos negócios, passando ao cargo de diretor da colônia, pelo qual receberia 4 contos de réis por ano.

A imigração nesse período foi intensificada e houve a necessidade de expandir os domínios da colônia. Era na direção da Serra do Mar que Blumenau pensava em fazer essa expansão, acompanhando os ribeirões do sul das serras do Jaraguá e do Itapocu, nos limites da Dona Francisca. Parece que essa ligação entre as duas colônias teria sido acordo firmado entre a direção das duas colônias perante o Governo Imperial. Porém, o Dr. Blumenau queixava-se do descumprimento de tal acordo por parte da direção da Colônia Dona Francisca que, ao invés de orientar os trabalhos de demarcação de lotes ao sul, rumo às margens do Testo, requerera grandes extensões de

Fritz Müller



Dentre os personagens ilustres da imigração, torna-se obrigatória a inclusão do nome do naturalista Fritz Müller. Conta Ferreira da Silva, que quando lecionava em Erfurt, Fritz Müller conheceu *“um jovem, como ele doutor em filosofia, bastante culto e simpático, grande admirador da natureza e entusiástico apologista da emigração alemã para o Brasil. Chamava-se Hermann Blumenau...”* Tomando mais tarde conhecimento da fundação da colônia, resolveu Müller emigrar, acompanhado do irmão Augusto e da esposa, com quem casara-se *“depois de a muito custo ter obtido o consentimento paterno”* tudo em 1852. Na colônia, *“apesar de quatro vezes diplomado nas universidades da Europa”* como observa o também naturalista Pe. Raulino Reitz, os irmãos construíram com as próprias mãos, de madeira e barro suas primeiras moradas. Foram de grande valia ao Dr. Blumenau, nos tempos difíceis em que grassava o desânimo até entre os mais entusiastas adeptos do empreendimento

colonial. Os irmãos eram admirados pelo fundador da Colônia, que entretanto desgostava-se de sua pouca religiosidade: *“Os seus sobrinhos trabalham com gosto e satisfeitos e eu só desejaria que toda a minha gente tivesse a mesma força de vontade e a mesma energia que eles tem. Apenas não estou contente com o seu espírito de iredigião, especialmente do Dr. Fritz...”*. Talvez por esta razão Blumenau tenha sugerido o nome do naturalista para lecionar no Liceu em Desterro. Relutou muito Fritz Müller antes de aceitar a oferta irrecusável, pois sentia-se totalmente adaptado à vida simples de colono (enquanto se correspondia com cientistas, com Darwin...). Nos anos que passou na atual Florianópolis (conta-se que o Presidente da Província costumava assistir à algumas das aulas de Fritz Müller), no amor das suas sete filhas (a ninguém quis delegar a educação de suas filhas, incumbindo-se ele mesmo da tarefa, tendo confeccionado cadernos e composto versos para substituir o material didático que faltava), na publicação das pesquisas e na pródiga correspondência, sempre teve como objetivo voltar para a vida simples da colônia. Com toda a sua singular grandeza não escapou à sanha das intrigas políticas, que acabaram por lhe custar o posto de “naturalista viajante” do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Fritz Müller recebeu reconhecimentos científicos em vida: em 1868 a Universidade de Bonn conferiu-lhe o título de Doutor *honoris causa*, em 1874 foi nomeado sócio correspondente da *“Sociedad Zoológica Argentina”*, e no mesmo ano recebeu o título de Doutor *honoris causa* da Universidade de Tuebingen; em 1884 foi escolhido sócio correspondente da *“sociedad Nacional de Ciências de Buenos Ayres”* e conferido o lugar de sócio honorário da *“Entomological Society”* de Londres. O grande naturalista, a quem Darwin dizia *“Eu não creio que exista no mundo quem mais do que eu admire o seu zelo científico e as suas admiráveis observações”*, morreu em 1897, aos 75 anos. Dele disse Roquete Pinto: *“Tudo quanto fez, vive,*

terras a oeste, rumo aos núcleos coloniais de São Bento do Sul, como de fato acabou acontecendo.

Seguindo sempre o curso dos rios que deságuam no Itajaí-Açu, a colonização esparramou-se pelo Rio do Testo e seus afluentes, pelos ribeirões Branco, do Passo Manso, do Encano, da Mulde e outros dos numerosos cursos d'água da região. Dessas expansões surgem os municípios de Pomerode e Indaial, seguidos por Timbó, Rodeio e Rio dos Cedros. Os dois últimos receberam, em 1875, uma leva de imigrantes italianos e tirolezes. A influência italiana refletiu-se na arquitetura, na religião, nos hábitos alimentares e em todos os outros planos da cultura local, formando, nessas áreas, uma mistura

Ingresso de Imigrantes na colônia Blumenau

1850-1859

Ano	Imigrantes Entrados	Total Populacional
1850	17	
1851	8	
1852	110	
1853	28	
1854	146	
1855	34	264
1856	204	498
1857	199	
1858	82	
1859	29	943

Fonte: PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história

Mapa da Colônia Blumenau, de 1864.
Fonte: Arquivo Histórico Nacional

interessante entre os elementos alemães e os novos ingressados.

Buscava-se também ligar a Colônia Blumenau à Colônia Brusque, fundada em 1860 às margens do Itajaí-Mirim, nas antigas sesmarias de El-Rei.

Em 1869, a Colônia Blumenau já contava com mais de 5.800 habitantes, divididos entre as localidades à direita e à esquerda do Rio Itajaí-Açu. A Sede da Colônia (onde hoje está localizada a cidade de Blumenau) contava com a presença de 556 pessoas. Destaca-se a ocupação incipiente de localidades ao longo dos rios Encano (que hoje está na divisa entre Blumenau e Indaial), Warnow (em Indaial, próximo a Ascurra), do Testo (que deu origem ao município de Pomerode), Itoupava (localidade de Blumenau, na divisa com Pomerode), do Rio Benedito e do Ribeirão da Mulde (hoje ambos na cidade de Timbó, sendo que o primeiro segue até Benedito Novo) e o início da ocupação ao longo do Rio do Cedro (essa com elementos italianos).

A entrada de imigrantes na colônia segue a passos tímidos até 1875, quando há incremento de 1.129 novos imigrantes, a maioria do Tirol austríaco de fala italiana e alemã, impulsionados, provavelmente, pela nova política do governo brasileiro frente à imigração e como consequência do estabelecimento do “Contrato Caetano Pinto”.

O resultado disso foi o povoamento da chamada “colônia



M A P P A

Fig. 251/11

da

Colonia Blumenau

1864.

Scala



italiana”, com comunidades em Rio dos Cedros, Ascurra, Aquidabã e Rodeio. No entanto, não foi totalmente pacífica a entrada de italianos em meio alemão. Conforme relata Ferreira da Silva, “colonos de índole completamente diferente da dos alemães, com que o Dr. Blumenau vinha lidando desde a fundação da Colônia, tirolezes e italianos, principalmente estes, deram-lhe incômodos e aborrecimentos inúmeros. Era gente mais fogosa, menos paciente, mais exigente, apesar de suas condições de existência na Europa serem, talvez, bem piores que a dos alemães. Principalmente os italianos, que vinham imbuídos, os mais letrados, das idéias liberais que agitavam naqueles dias o seu país, não puderam adaptar-se facilmente ao regime de disciplina, de conformação com as deficiências, dificilmente removíveis, e com as necessidades de que a própria administração se ressentia. Daí os muitos incidentes havidos entre aqueles colonos e a direção colonial, a que aludem os relatórios da época”.

De acordo com os relatos de Ferreira da Silva, diferentemente do governo imperial que, se não atendia a todas as solicitações, ao menos recebia os pedidos de Blumenau com certa cordialidade, o governo provincial agia, muitas vezes, no mínimo com descaso frente às necessidades da Colônia. O Dr. Blumenau tinha que ser insistente para que tivesse seus pedidos atendidos pelo governo local. Numa dessas ocasiões, um pedido do diretor da Colônia, remetido ao governo provincial, para que lhe fosse permitida a demolição de uma antiga casa de madeira, que servia de templo protestante, e a edificação, com seu material, de uma casa que servisse de quartel e cadeia, “dá motivos a uma troca de ofícios da qual se desprende a má vontade que o mesmo governo alimentava relativamente a Blumenau”. Segundo Ferreira da Silva, isso se devia ao fato de que as despesas com a colonização custavam caro à Província, se comparada à parca receita de que esta dispunha. “Pela linguagem usada na correspondência, nota-se que, embora respeitosa, ela ressumava irritação de parte a parte, a ponto de, em certa altura, o Inspetor de Colônias, F. Quadros, fechar uma de suas informações com este agastado final: ‘Já é tempo, me parece, de o governo decretar a emancipação da referida Colônia que se acha em pé de subsistir por si só. Bastam os sacrifícios que com ela se tem feito!’”.

A Colônia tinha sido elevada à categoria de Freguesia no ano de 1873, por sugestão do próprio Blumenau, facilitando, com isso, as relações entre a população colonial e os poderes civis. Em 4 de fevereiro de 1880 foi aprovada a lei que elevou a Colônia à categoria de Município, e o decreto de 20 de abril do mesmo ano determinou a sua emancipação, levada a cabo em 18 de março de 1882. Acabava aí a atuação de seu fundador, dispensado do cargo que ocupava em 17 de janeiro do mesmo ano, quando foi dissolvida a



Antiga Rua XV de novembro.

FONTE: Edição comemorativa do Centenário de Blumenau, 1950..

Ingresso de Imigrantes na colônia Blumenau
1860-1880

Ano	Imigrantes Entrados	Total Populacional	Dinheiro aplicado pelo Governo Imperial
1860	91	947	14:912\$506
1861	548	1484	46:000\$000
1862	607	2068	51:000\$000
1863	168		59:433\$072
1864	127	2027	53:406\$000
1865	199		53:340\$000
1866	162	2625	49:340\$000
1867	223	2861	95:481\$240
1868	407		141:204\$440
1869	982	5861	45:000\$000
1870	33	6188	71:530\$000
1871	23		86:399\$480
1872	207		109:966\$350
1873	426	7156	
1874	362		
1875	1129		
1876	1078	10701	
1877	370		
1878	893		
1879	460	13976	
1880	457		

Fonte: PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história

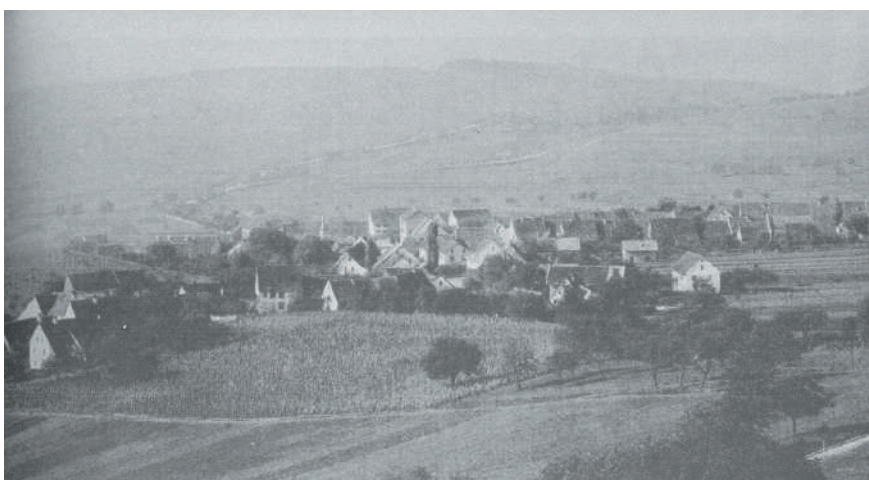
direção da Colônia. Blumenau voltou à Alemanha com a família (a esposa e duas filhas), deixando o estabelecimento a que dedicara 30 anos de sua vida para regressar a sua pátria de origem, de onde nunca mais retornou e onde faleceu em 30 de outubro de 1899.

COLÔNIA DONA FRANCISCA

A Colônia Dona Francisca foi, junto com a Colônia Blumenau, um dos núcleos coloniais mais importantes de Santa Catarina e de todo o Brasil. Sua criação e consecutivas ampliações garantiram o sucesso e o desenvolvimento da região nodeste e norte do estado catarinense.

Criação da Colônia

“Aprovada pelo Decreto nº 537, de 15 de maio de 1850 que celebra o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo para a fundação de uma colônia agrícola em terras pertencentes ao dote da Princesa Dona Francisca. Fica explicitada, no parágrafo 10, a proibição do emprego de mão-de-obra escrava”.



As aldeias suíças de Beggingen, Schleintheim e Siblingen, na época da imigração, de onde vieram vários dos primeiros imigrantes da Colônia Dona Francisca.

FONTE: CUNHA, Dilney. Suíços em Joinville - o duplo desterro.

O fato de ter sido a primeira colônia implantada em terras dotais, ou seja, cedidas como dotes de princesas brasileiras casadas com nobres europeus, fez, desde o início, a diferença da Colônia Dona Francisca.

Até meados do século XIX, ainda restavam vastas porções de terras desocupadas no sul do Brasil, particularmente na Província de Santa Catarina. Grandes porções dessas áreas, consideradas devolutas – e, portanto, propriedade da Coroa – foram incorporadas aos dotes das princesas, filhas de D. Pedro I. Era um artifício. Sendo a família real portuguesa parte integrante da alta aristocracia européia, procurava casar seus herdeiros com as melhores famílias dos países vizinhos, buscando manter seu prestígio. Para isso, devia oferecer dotes compatíveis aos pretendentes de sua linhagem. Com os cofres relativamente vazios, a incorporação de imensas áreas de terras que quase equivaliam ao território de países europeus era uma maneira de tornar atraentes os

Príncipe de Joinville

Terceiro filho do Rei da França, François Ferdinand Philippe Louis Marie, o príncipe de Joinville esteve apenas três vezes no Brasil. Em 1837 conheceu a princesa Dona Francisca Carolina em um baile em sua homenagem. A segunda comandando a missão de busca dos restos mortais de Napoleão Bonaparte, trazidos da Ilha de Santa Helena para Paris, e na terceira para casar com a princesa, em 1843. Fazendo carreira na marinha, o príncipe de Joinville comandou missões importantes, como o bombardeio de Tânger, acabando por ser promovido a Vice-Almirante. Em agosto de 1844 já nascia a primeira filha do casal. O Príncipe de Joinville, apesar de ter contribuído significativamente para o desenvolvimento da colônia, depois cidade, que hoje perpetua o seu nome, jamais voltaria ao Brasil, nem conheceria a “Colônia Dona Francisca”. Representando a família Real, esteve em Joinville o Conde d’Eu em 1884, sendo festivamente recebido na cidade e tendo-se apresentado à população no terraço da casa do representante do príncipe de Joinville (atual Museu Nacional de Imigração).

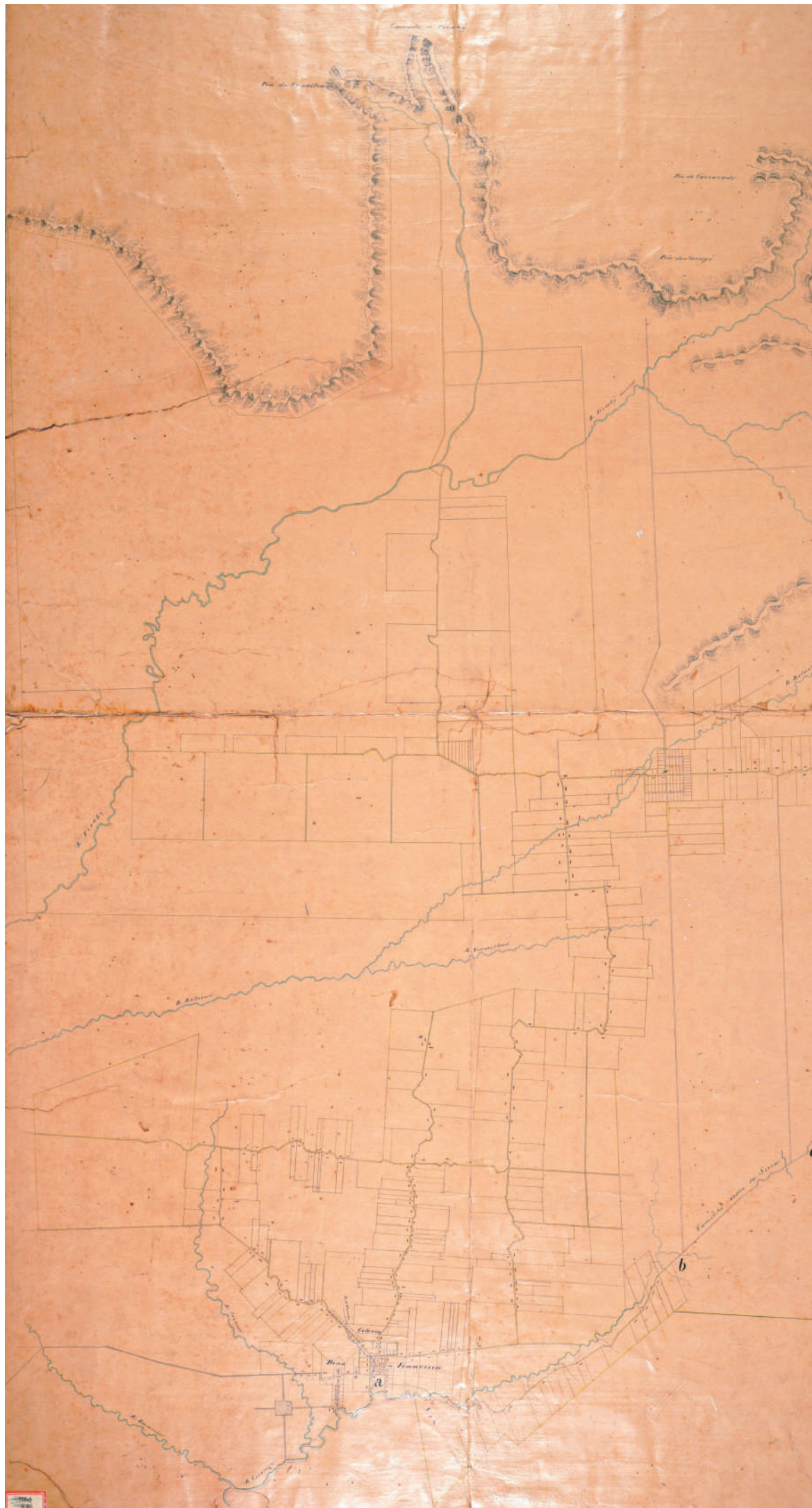
dotes, com custos baixos. Sabia-se que essas áreas eram produtivas, mas que sua ocupação se ressentia de atrações econômicas imediatas, que estimulassem o povoamento. A solução para esse impasse já havia sido proposta e executada no século anterior, quando da imigração açoriana.

Ocorre que os empreendimentos migratórios são custosos: é preciso arrendar navios, demarcar terras, divulgar os atrativos da região que se quer ocupar, construir abrigos provisórios para os colonos, dar-lhes condições de subsistência enquanto a terra não é produtiva etc. O próprio rei de Portugal necessitava pedir empréstimos às freiras de Nazaré para as despesas relacionadas com a imigração açoriana-madeirense do século XVIII.

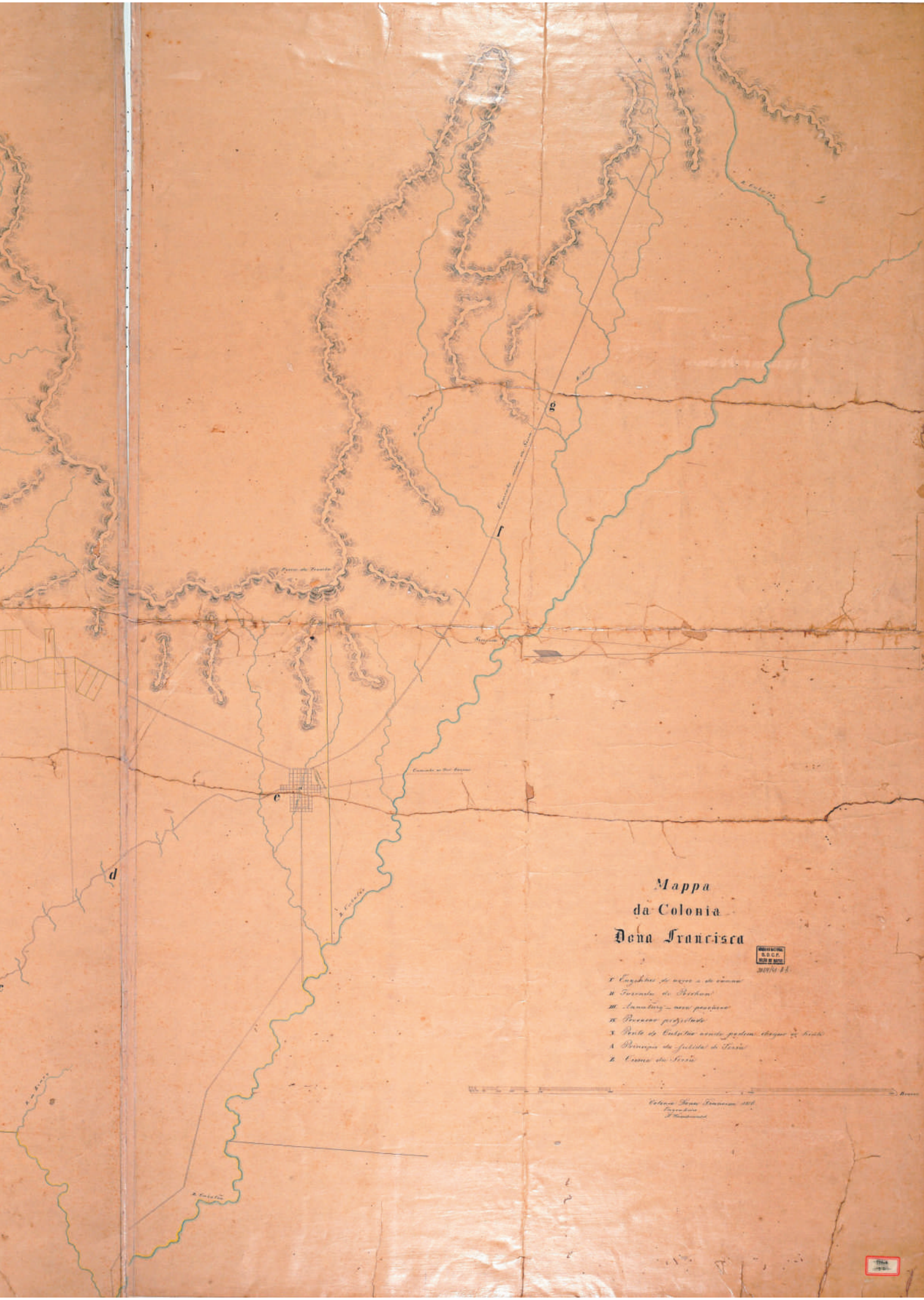
Assim, quando a princesa Francisca Carolina se casou, seu marido, o príncipe de Joinville, recebeu como parte do “Tratado de Casamento”, uma gleba de “25 léguas quadradas de três mil braças de terras devolutas, que poderiam ser escolhidas nas melhores localidades da Província de Santa Catarina”. Logo após o casamento, realizado em 1843, o casal foi residir na França (o príncipe era filho do monarca francês). Mas a realeza nesse país, depois da revolução francesa, sustentava-se muito precariamente, vivendo em sobressaltos e apoiando-se principalmente nas tropas estrangeiras estacionadas em seu território.

Em 1848, toda a família real exilou-se na Inglaterra. A situação econômica do casal era precária e o príncipe resolveu se desfazer de parte de suas terras. Em 1844, um ano após o casamento e já residindo na Europa, havia nomeado representante para escolher as terras e tomar posse em seu nome. Era Louis François Léonce Aubé, que desempenharia um papel relevante na futura colônia. Percorrendo a Província, Aubé escolheu a região da atual cidade de Joinville, cujos limites foram demarcados por outro ilustre cidadão: Jerônimo Coelho (Oswaldo Cabral, em sua História de Santa Catarina, afirma que “Jerônimo Francisco Coelho foi, sem dúvida, o mais ilustre catarinense do século XIX”). Em 1849, Aubé já estava na Inglaterra negociando, sempre em nome do príncipe, a cessão de 8 léguas de suas terras em Santa Catarina. O contrato foi assinado com o senador Christian Mathias Schroeder, rico comerciante de Hamburgo, dono de navios e com agência funcionando no Rio de Janeiro. Previa, entre outras cláusulas, a obrigatoriedade de introduzir 1500 imigrantes em cinco anos. O senador constituiu, então, a Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo. Ato contínuo, contratou o engenheiro Hermann Guenther, que chegou à colônia ainda em 1849, para tratar das providências necessárias à recepção dos imigrantes. Ocorreram problemas. Segundo Apolinário Ternes:

“A inevitável falência do empreendimento liderado pelo senador Mathias Schroeder, começou a ser contornada a partir de 1º de fevereiro de 1851, portanto, apenas 37 dias antes da chegada do veleiro “Colon”. Naquele dia desembarcava aqui o filho do senador hamburguês, Eduard, que em visita à filial da empresa do pai no Rio de Janeiro, tomou conhecimento da chegada próxima dos primeiros imigrantes e decidiu inspecionar pessoalmente o local em que se iniciaria a colônia. Depois de uma viagem muito intranquila pela costa brasileira que exigiu 8 dias de navegação a bordo do patacho “Pereira”, Eduard desembarcava no porto de São Francisco, acompanhado por um amigo, o médico suíço Dr. Koestlin, que permaneceria aqui por sete semanas e presenciaria o desembarque dos pioneiros de 9 de março”.



Mapa da Colônia Dona Francisca, de 1856.
Fonte: Arquivo Histórico Nacional



**Mappa
da Colonia
Dña Francisca**

MAPA DE COLONIA
D. N. S. C. F.
HELY DE S. J. A. P.
1810

- I. Capitulo de guerra - de cívico
- II. Escuela de Bachan
- III. Seminario - casa parochial
- IV. Puentes puentes
- V. Puente de Colubas sobre puentes de agua de Santa
- A. Puentes de fideles de Santa
- Z. Casas de Santa

Colonia Dña Francisca 1810
Escuela de Bachan
S. J. A. P.

Eduard Schroeder verificou que serviços indispensáveis haviam sido negligenciados. Demitiu o engenheiro encarregado e desenvolveu febrilmente os preparativos para receber os imigrantes. Finalmente, em 9 de março de 1851 desembarcam em terra firme os 192 pioneiros, vindos no “Colon” e nos patachos brasileiros que traziam os 74 noruegueses inicialmente destinados aos Estados Unidos. É natural que o desapontamento tenha sido grande. Entretanto, o carinho da recepção, o entusiasmo de Eduard, a pujança da mata e a vontade de acertar foram maiores do que a chuva, os mosquitos e os incômodos da acomodação. E a esperança e o trabalho duro logo começaram a surtir resultados.

Nos passos dos pioneiros, novas levas se seguiram e, em ritmo forte, os acontecimentos sucederam-se na incipiente colônia. O próprio perfil dos imigrantes começou a alterar-se quando da chegada da “Gloriosa”, trazendo “capitalistas e empregadores” que se somaram aos colonos pioneiros, em sua maioria agricultores e pequenos prestadores de serviços. Fundamental foi o início da construção da “estrada da serra”, que levaria 30 anos para estar concluída, e que seria importantíssima fonte de trabalho e entrada de capital para a colônia, interligando-a mais tarde com o ciclo da erva-mate. Apesar desses avanços, os custos e dificuldades também eram crescentes e a Sociedade passou por delicados momentos financeiros. Chegou a ser salva da virtual falência pela intervenção do próprio príncipe de Joinville, que em momento oportuno decidiu investir nas terras que reservara para si.

Os momentos mais difíceis acabaram passando e personagens do quilate de Ottokar Doerffel (que encabeçou as iniciativas culturais, foi membro da Direção da Colônia, Cônsul de Hamburgo e pai da imprensa de Joinville) foram essenciais na superação dos problemas e no descortino de novos horizontes. O início do ciclo da erva-mate veio trazer o alento definitivo, reforçado pelas oportunidades surgidas com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, quando a produção industrial encontrou espaço para substituir os produtos que os exportadores tradicionais – envolvidos no conflito – não podiam suprir.

Desde então, a cidade permaneceu em contínuo crescimento populacional e econômico, até alcançar a posição de hoje: município de maior

**Ingresso de Imigrantes na colônia Dona
Francisca
1851-1881**

Ano	Crescimento pela entrada de imigrantes	População real
1851	399	
1857	1713	1428
1860	3266	2885
1865	4792	4275
1870		6452
1874		7860
1881		19445

Fonte: PLAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história



Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850. Xilogravura publicada na “Illustrierte Zeitung” de 1851.

FONTE: FICKER, Carlos. História de Joinville - subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca.